

Mulheres que militam pelos direitos dos idosos¹

Beatrice Cavalcante Limoeiro
(UFRJ e Colégio Técnico da UFRRJ/RJ.)

Palavras-chave: Velhice; Direitos; Militância.

Introdução

O objeto de investigação desta pesquisa consistiu em um primeiro momento na análise da relação entre o Estado, ciência e sociedade, com seus diferentes agentes e serviços, e a população idosa. A pesquisa pretendia aprofundar a compreensão sobre as formas de ação do Estado e seus impactos sobre a vida e a experiência de envelhecimento da população com 60 anos ou mais na cidade do Rio de Janeiro.

Partindo do entendimento de que o Estado ajuda a consolidar e legitimar o problema social da velhice (LENOIR, 1998). É o Estado a instituição de poder que, através de seus agentes e das suas diversas formas de atuar, irá buscar soluções, promover regulamentações, direitos, políticas e tecnologias para lidar com este novo problema.

Cada sociedade, em determinado momento, elabora seu próprio corpo de problemas sociais legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, oficializados e, por vezes, garantidos pelo Estado. A velhice é um destes “problemas” legítimos atualmente na sociedade brasileira, vide as tentativas governamentais em delimitar e atender o que seriam as demandas daqueles que vivem esta realidade socialmente construída. Remi Lenoir (1998) explica o processo pelo qual a velhice passa de um problema individual ou do âmbito familiar para se tornar uma questão pública, um problema social das sociedades ocidentais, a partir do final do Século XIX. O autor argumenta que o que é constituído

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

como problema social varia segundo as épocas e as regiões e pode até mesmo chegar a desaparecer como tal.

O campo que compõe esta pesquisa consistiu em um primeiro momento em serviços e ações voltadas para a população idosa, selecionados dentro de uma ampla rede de associações, políticas e programas. Nesta pesquisa os espaços selecionados para pensar a relação entre Estado, ciência, sociedade e velhice são: o Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ), o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI, programas da Secretaria Municipal de Envelhecimento Ativo, Resiliência e Cuidado - como o Rio ao Ar Livre (RAL) – e Subsecretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de vida.

Ao longo do trabalho de campo, o foco da pesquisa foi se modificando, devido às novas evidências e questões encontradas. O Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ) surge como espaço central para compreender a participação de representantes da sociedade civil na disputa de legitimidade sobre quem sabe e quem pode dizer qual é a demanda da população idosa. Dentro deste espaço destacam-se mulheres com históricos e trajetórias singulares que as tornam lideranças da sociedade civil pela causa dos idosos, atuando em espaços como o Fórum, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro (CEDEPI) e Associação Nacional de Gerontologia – Rio de Janeiro (ANG-RJ).

Foi se mostrando cada vez mais interessante e instigante compreender a trajetória de vida e atuação das mulheres idosas que fazem parte destas instituições, que são espaços de defesa, avaliação, controle e discussão de direitos e políticas públicas para idosos. Neste sentido, o objetivo principal da pesquisa é responder à pergunta: Como se constrói uma militante pelos direitos dos idosos?

Utilizando como metodologia de pesquisa a teoria ator-rede (LATOUR 1998), investigando os caminhos percorridos, seguindo os atores para compreender suas atuações, participação e redes de relações estabelecidas, esta pesquisa busca compreender quem são estas mulheres, onde e como atuam militando pelos direitos dos idosos, com que outros espaços e agentes disputam, que discursos produzem sobre a velhice e suas necessidades e como se relacionam com a população idosa de maneira geral.

A pesquisa se tornou possível principalmente através da frequência e observação nas reuniões do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual dos Idosos no Estado do Rio de Janeiro (PNEIRJ) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI) (entre os anos de 2016 e 2018), além de outros eventos organizados ou frequentados pelo grupo de mulheres investigado. Além disso, outra importante fonte de dados tem sido as conversas informais e 14 entrevistas com perguntas abertas e duração de, em média, 1:30h com as pesquisadas.

No contexto específico desta pesquisa, se torna uma questão importante pensar nas formas de agência que estas mulheres – classificadas na categoria física, social e política de idosas – exercem, em seus diferentes contextos diários, quando militam pelos direitos da população idosa nestes espaços institucionalizados, ao mesmo tempo em que vivenciam suas experiências de envelhecer. De que forma incorporam e reinventam as normatividades e discursos construídos e propagados sobre a velhice? Como constroem seus desejos e expectativas sobre a sua própria velhice?

Estudar a velhice é uma oportunidade de compreender como a sociedade classifica, divide, categoriza e normatiza a vida, o cotidiano, e as práticas de seus indivíduos, como destaca Guita Grin Debert (1999). Estudar a velhice é também uma possibilidade de compreender como se constroem problemas sociais, se criam discursos e uma série de ações que visam soluções para os mesmos.

Serafim Fortes Paz (2001) descreve em sua tese como, a partir dos anos 80 no Brasil, começa a ganhar forma um movimento a favor dos direitos dos idosos, motivado por denúncias de violações de direitos, violência e abandono. Para o autor, gerontólogos e demais estudiosos, técnicos e especialistas do envelhecimento serão os principais atores desse movimento e terão papel central na inserção do debate sobre a velhice na cena pública, assumindo um papel de “defensores dos idosos”. Hoje muitas destas especialistas que protagonizaram esse movimento podem também ser consideradas idosas, representam não mais apenas os “outros” velhos, mas uma categoria social na qual também se incluem.

Além do marcador social da idade, na investigação destas trajetórias outra característica se faz presente: o gênero feminino. Ao mesmo tempo em que estudos mostram que há uma feminização da velhice (NERI, 2007), apontando para uma maior presença feminina em grupos de convivência, viagens, atividades de lazer e trabalhos

voluntários; estudos como o de Simões (2000) apontam como os homens já foram figuras mais presentes e atuantes nos movimentos sociais ligados às causas dos idosos, ao estudar o movimento de aposentados no Brasil, após o anos 80. Neste sentido, as mulheres idosas desta pesquisa contrariam a ideia de que apenas os homens são ativos politicamente e de que a mulher idosa está presente apenas nos espaços de saúde e lazer, característica já descrita por Paz (2001) em sua tese sobre Fóruns e Conselhos de idosos no Rio de Janeiro.

Breve perfil das mulheres pesquisadas

O grupo de mulheres investigado é formado por aproximadamente dez mulheres. Destaco neste trabalho quatro mulheres que podem ser consideradas líderes, que estão sempre presentes nas reuniões e eventos promovidos pelo grupo e que já ocuparam cargos de presidência ou direção de associações como o PNEIRJ e o CEDEPI: Joana, Rosa, Nise e Dandara².

Joana é a presidente do Fórum e figura de forte liderança no grupo. Organiza, coordena e participa de várias associações e eventos que fazem parte da rede de relações que o grupo tem. É psicóloga e contadora, ex-funcionária aposentada do Banco Central, tem 66 anos e hoje coordena uma instituição sem fins lucrativos para idosos. Nunca fala da sua vida pessoal. É considerada pelos demais membros do Fórum uma pessoa difícil, mas que se dedica muito ao trabalho e à militância pelos direitos dos idosos.

Rosa é assistente social, ex-funcionária aposentada do INSS, tem 74 anos. Foi presidente do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI). Nas horas vagas gosta de ficar com seu neto, enquanto a filha enfermeira trabalha.

Nise é formada em letras (português-alemão), ex-funcionária aposentada de Furnas, tem 78 anos e é católica. Vive a 50 anos no Rio de Janeiro, mas nasceu e possui família no Maranhão. Hoje é presidente da Associação Nacional de Gerontologia – RJ e do Fórum

² Os nomes das pesquisadas apresentados neste trabalho não correspondem aos seus nomes verdadeiros. Chegou-se a um consenso junto às pesquisadas de que seus nomes não deveriam ser publicados na pesquisa. Como inspiração para os seus pseudônimos, utilizei o nome de mulheres notáveis na história do Brasil e do mundo, que assim como minhas pesquisadas foram mulheres que lutaram por seus ideais.

Municipal do Idoso (PMI-RJ). Está sempre comentando e mostrando fotos dos seus netos, sua família e suas viagens.

Joana, Rosa e Nise são mulheres brancas, de classe média, com nível superior completo. Perfil diferente de Dandara, que tem 86 anos, é uma mulher negra, ex-emprega doméstica. Dandara hoje faz parte de associações e sindicatos de empregadas domésticas. Mora na Baixada Fluminense, região periférica à cidade do Rio de Janeiro e área de baixa renda. É considerada uma referência no movimento pelos direitos das trabalhadoras (e trabalhadores) domésticas, sendo constantemente convidada para dar palestras e participar de eventos sobre o tema. Em certa ocasião disse “Sou a mais pobrinha do grupo, a única pobrinha aqui sou eu”.

Rosa, Joana e Dandara foram militantes durante suas trajetórias profissionais, associadas a sindicatos e ativas na luta por suas categorias profissionais. Começaram a atuar nos espaços de reivindicação de direitos dos idosos antes mesmo de serem consideradas idosas. Nise se tornou militante pela causa do idoso após se aposentar, quando passou a fazer parte da Associação de Aposentados de Furnas (Após-Furnas). Em uma entrevista conta que se interessou pela tema da velhice pois “sempre gostou de ajudar ao próximo”; e que já realizou muitos trabalhos de caridade, antes e depois de se aposentar.

As quatro mulheres já viajaram para muitos países, como Paraguai, Chile, Japão, Costa Rica, Portugal, para participar de eventos sobre suas categorias profissionais ou eventos sobre direitos dos idosos, como por exemplo a IV Conferência Intergovernamental sobre Envelhecimentos e direitos das Pessoas Idosas da América Latina e Caribe, realizada em junho de 2017 no Paraguai.

Os espaços e as lutas

O Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro é um espaço da sociedade civil para acompanhamento de políticas públicas e direitos de idosos. Foi criado em 1996 com a proposta de ser um espaço aberto e amplo, uma “escola de cidadania e politização”, conforme consta em sua descrição. Nesta mesma descrição, o Fórum Estadual é citado como:

“um espaço de articulação política e mobilização de organizações da sociedade civil na perspectiva de protagonização e participação social por conquista e defesa dos direitos da pessoa idosa e orientar-se pela PNI, pelo Estatuto do Idoso e pela Carta do Ceará³”.

O Fórum Estadual, coordenado por representantes da sociedade civil, como sindicatos e organizações, se propõe a sensibilizar a sociedade e combater formas de discriminação ao idoso, propor leis, ementas, medidas, às três esferas do poder público, promover encontros entre os fóruns e elege os membros não-governamentais do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDEPI. Compõem o Fórum Estadual representantes de instituições laborais, filantrópicas, religiosas e científicas, como: a Associação Nacional de Gerontologia, Associação de Metroviários Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, Associação de Parentes dos Aposentados de Furnas, Associação Santo Antônio dos Pobres de Itaperuna, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, Círculo de Trabalhadores Cristãos, Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do RJ, Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da 3ª idade, Movimento de Mulheres em São Gonçalo, dentre outros.

Em março de 2016 busquei o Fórum, encontrei o endereço das reuniões e o e-mail através do site do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Políticas Públicas, Espaço Público e Serviço Social - NUPESS da Universidade Federal Fluminense - UFF. Durante alguns meses fui ao endereço indicado, enviei e-mail e tentei contato ao telefone sem sucesso. O espaço aberto do Fórum não se mostrou muito acessível a uma pessoa de fora do círculo de relações do mesmo. Em Junho de 2016, a presidente do Fórum entrou em contato comigo por e-mail, devido a um contato que eu fiz através do Fórum Nacional. A partir de Julho de 2016, passei a frequentar as reuniões mensais – toda primeira quarta do mês – do Fórum Estadual.

Na ocasião do meu primeiro contato com a presidente do Fórum, sou informada de que havia um novo endereço para as reuniões, devido às dificuldades de se manterem em

³ A carta do Ceará é um documento proveniente do I Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que tem por objetivo articular os Fóruns, torná-los permanentes e fortalecer a luta por um envelhecimento com direitos e dignidade.

um prédio que estava passando por um processo de descaso e desalojamento do estado. Em agosto de 2016, as reuniões voltaram a ser realizadas no prédio da “PALONG” (Palácio das ONG’s), resultado do empenho das diversas organizações sociais que têm sede no prédio para que o mesmo continue em funcionamento. Essas organizações se uniram para pagar as despesas do prédio, como luz, manutenção de elevador e porteiro, em uma resistência e luta política contra o desalojamento do mesmo.

A primeira reunião que estive presente ocorreu no local provisório, o auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro – SINTRASEF. A reunião contou com maioria de idosos, geralmente aposentados, majoritariamente mulheres.

A reunião começou com a leitura da ata da reunião anterior, pela secretária do Fórum. Toda reunião conta com uma ata, geralmente enviada pela presidente aos membros do Fórum por e-mail no dia anterior, em que cada tópico é colocado em ordem para discussão. Cada reunião conta com um lanche, com café, refrigerante, biscoitos e bolos organizados pelos membros do Fórum. Em toda reunião, durante a discussão, a tesoureira do Fórum passa com uma sacola, pedindo doações aos presentes para um fundo financeiro que tem por objetivo possibilitar as atividades do grupo. A quantia a ser depositada é livre.

Neste primeiro contato, foi pedido que eu me colocasse à frente de todos e me apresentasse, explicasse quem era, qual instituição representava e qual meu interesse em estar frequentando o Fórum. Após a apresentação muitos idosos ali presentes se mostraram solícitos e curiosos sobre a pesquisa. Nesta ocasião, discutiram sobre o que teria sido o sucesso do ato do dia 11 de junho de 2016, organizado por eles para o dia da conscientização da violência contra o idoso, em Copacabana, com distribuição de panfletos e exemplares do Estatuto do Idoso para o público.

Outro tópico de discussão foi sobre a organização do 8º. Encontro Nacional de Fóruns da Política Nacional e Estadual do Idoso – que aconteceu em novembro de 2016 no Rio de Janeiro – com outro ato marcado para o último dia de encontro, com o tema “Idoso – erga sua bandeira!”. É discutido o local do evento, aspectos organizacionais, alojamento, transporte, infraestrutura do local e objetivos do encontro. Segundo a presidente do Conselho, o Encontro teria como principal objetivo reunir as lideranças, as principais figuras representativas dos Fóruns. Não é objetivo abrir ao público geral ou “encher de

gente”. O motivo para tal recorte de público se daria pela necessidade de preparar as lideranças, dar-lhes mais fundamentos para atuar em seus respectivos Fóruns. Em outras reuniões observadas, foi muito comum ouvir reclamações sobre membros de outros Fóruns e Conselhos, sobre seu despreparo para discutir políticas públicas e direitos para idosos. “Não sabem a diferença entre moção e proposta!”, disse uma participante.

Nessa mesma ocasião, colocou-se em pauta um projeto de lei que estava tramitando pela câmara dos vereadores do município do Rio de Janeiro em 2016. O projeto é do Vereador Marcelo Piuí e prevê a criação de um Conselho Tutelar para idosos. A notícia foi recebida com muita indignação pelos presentes na reunião do Fórum, que apontam diversas falhas legais e conceituais no projeto. Uma idosa afirmou: “ele ‘chutou o balde’ fazendo isso aí, fez de qualquer maneira”. Alguns idosos apontaram ainda o projeto como “preocupante”, pois entraria em choque com os princípios postulados pelos Fóruns, Conselhos e pelas Secretarias voltadas ao envelhecimento. Para os idosos presentes seria um risco imaginar que a partir de 60 anos, quando considerados idosos legalmente, poderiam ser tutelados, “empurrados por suas famílias”, nas palavras deles.

A discussão e revolta contra o projeto de lei foi acalorada durante a reunião. Os idosos discutiram sobre a possibilidade do projeto ser aprovado, comentaram que é apenas um projeto “eleitoreiro”, sem preocupação com as reais necessidades dos idosos, acrescentam: “não vamos aceitar isso de jeito nenhum!”. Desta discussão tiraram uma deliberação de organizar uma comitiva e procurar o vereador, em conjunto com o Conselho Estadual e Municipal e Fórum Municipal para dissuadi-lo do projeto.

Em outra reunião foi lida uma carta-manifesto do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas contra o projeto de lei que prevê a criação de um Conselho Tutelar para os idosos na cidade do Rio de Janeiro. A carta destaca que o projeto não encontra respaldo na constituição, que atropela algumas incumbências dos conselhos e que se equivoca ao dizer que idosos podem ser tutelados. Segundo os redatores da carta, o termo só se aplicaria a menores de idade, incapazes e ter 60 anos não seria sinônimo de invalidez e em nada prejudicaria a capacidade civil de uma pessoa. A carta ainda destaca que a ideia de se criar um conselho tutelar para idoso vai de encontro com a ideia de promoção de protagonismo e autonomia do idoso, previsto na Política Nacional do Idoso. Eles ressaltaram que a demanda dos idosos seria por reconhecimento e implementação de

direitos, pelo fortalecimento dos conselhos e dos equipamentos já existentes de atendimento como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Na segunda reunião que estive presente o local da reunião voltou à sede original, o prédio da “PALONG”, causando confusão em alguns outros membros do Fórum que não haviam sido avisados previamente. O prédio é sede de diversas ONG’s. O prédio apresentava aspecto de abandono, com salas lacradas, pouco movimento e manutenção.

Na reunião foram discutidas as incertezas sobre a situação da antiga Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida. Como vai funcionar? Quais serão suas atribuições e atuações? A situação parecia ainda confusa para os idosos presentes.

Durante a reunião, foi realizada uma votação para decidir se voltam a realizar suas reuniões no antigo espaço, sala da Associação Nacional de Gerontologia – ANG, no Prédio da “PALONG”, ou se continuam no auditório do SINTRASEF. Alguns levantaram a necessidade de ocupar o prédio, para mostrar que existe um movimento, com demanda, “lutar pelo espaço”, nas palavras de uma representante da ANG. O prédio estaria sob ameaça de venda e desocupação das ONG’s e associações que a ocupam atualmente. Para esses idosos é preciso resistir ao eminente despejo.

A análise, ainda em andamento, do trabalho de campo realizado no Fórum Estadual possibilitou perceber os grupos diferenciados de idosos que compõem o mesmo, que são maioria de mulheres. São idosas aposentadas que exercem na prática o papel de protagonistas que lutam, discutem, propõem e reivindicam direitos. Aproveitam e fazem uso da ideia propagada pelas políticas públicas da necessidade da independência do idoso. Mais do que isso, essas idosas fazem políticas, enquanto representantes da esfera da sociedade civil. Não são apenas usuárias de serviços ou meras “ovelhas desguarnecidas” (FOUCAULT, 2008) a serem guiadas por uma instância governamental.

O Conselho Estadual é outro importante espaço de luta para as mulheres pesquisadas. Assim como o Fórum Estadual, foi criado em 1996. O Conselho Estadual tem caráter público e é “um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Estadual da Pessoa Idosa, de composição paritária entre governo e sociedade civil, no

âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal”, conforme consta em sua descrição. É uma instituição que tem por finalidade a garantia e fiscalização de direitos.

A história do Fórum Estadual e do Conselho Estadual se confundem, embora sejam espaços com diferentes atribuições e funções. A relação entre os dois espaços é perceptível a princípio pelo grupo - ou parte dele - que frequenta e participa das duas reuniões. Em certa ocasião, em um evento promovido pela Associação Nacional de Gerontologia, uma representante falou que aquele grupo se alterna nas funções entre Fórum e Conselho Estadual. Ora, uma pessoa é presidente do Fórum, ora do Conselho, assim trocando, tentando dar conta e participando destes espaços.

Com a criação da Secretaria Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida em 2013, o Conselho Estadual passou a ficar submetido a esta secretaria. A partir do ano de 2016, com a extinção da Secretaria, o Conselho Estadual passa por alguns problemas de sede para suas reuniões, ficando submetido à Secretaria Estadual de Saúde.

Minhas primeiras tentativas de contato com o Conselho Estadual não encontraram sucesso. Foi a partir do encontro com Dona Paula, ex-presidente do Conselho Estadual e funcionária da extinta Secretaria Estadual, que consegui obter informações sobre a atuação e local das reuniões do Conselho Estadual.

O Conselho se reúne toda segunda terça do mês. Desde o início de 2016, o Conselho mudou três vezes o local onde são realizadas as reuniões. Sua antiga sede, localizada em um prédio do estado do Rio de Janeiro no Méier, foi desalojada. Durante dois anos as reuniões têm acontecido em um auditório da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda - SETRAB, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Apenas em 2018 o Conselho ganha uma nova sede na Central do Brasil, local onde passa a realizar também suas reuniões.

A reunião de Julho de 2016 começou com 20 pessoas, sendo metade delas idosas. O sentimento geral no Conselho Estadual parece ser de instabilidade sobre as ações para as pessoas idosas e de uma sensação de que “tudo pode mudar”, nas palavras de uma conselheira presente. Instabilidade diante da anunciada falência do estado do Rio de Janeiro, extinção da Secretaria Estadual, falta de recursos nas secretarias e mudança de governadores.

Uma conselheira declara que a crise deveria funcionar como um reforço, “um empurrão para lutar com mais garra pelos direitos dos idosos”.

Assim como aconteceu em reuniões do Fórum Estadual, no CEDEPI também foi discutido o Projeto de Lei que prevê a criação de Conselho Tutelar para o Idoso. Para os conselheiros presentes, trata-se de um projeto “eleitoreiro”, e que “se bobear, acaba sendo aprovado”. O projeto prevê o “amparo de idosos no convívio de seus lares”, tutela para o idoso que sofrer violência doméstica, penalização e fechamento de instituições. Os conselheiros riram do projeto de lei mal formulado, mas reconheceram a necessidade de atuarem para que o mesmo não seja aprovado. “Temos que ir até ele, no vereador. Tem que marcar uma audiência, senão vai ser levado com produto eleitoreiro”. Uma votação foi realizada para decidir se contestam ou não o projeto, a rejeição ao projeto prevaleceu e ficou decidido a elaboração de um documento explicitando os motivos. Para os conselheiros, o projeto demonstra o desconhecimento do vereador sobre os serviços já existentes, que podem cumprir os mesmos objetivos do Conselho Tutelar.

Alguns membros do Fórum e Conselho tentam contato com o vereador, sem resposta do mesmo. Após as eleições de 2016, o vereador proponente deste projeto de lei não se reelege como vereador do município do Rio de Janeiro. Como consequência, a proposta cai no esquecimento na câmara de vereadores e deixa também de ser pauta de luta do grupo pesquisado.

Ao longo do trabalho de campo com o grupo surgem novas pautas de luta, novas causas que são “abraçadas”, nas palavras das pesquisadas e passam a ser discutidas em reuniões e alvo das ações do grupo. Como por exemplo, a luta contra a reforma da previdência, com base em dados que desmentem a ideia de que haveria um déficit na arrecadação da previdência; a denúncia de violações de direitos aos idosos do Abrigo Christo Redentor, um abrigo localizado em Bonsucesso, periferia da cidade do Rio de Janeiro; e a preocupação com as tentativas de alteração de garantias previstas aos idosos no Estatuto do Idoso.

Considerações Finais

Nos espaços do Fórum e Conselho Estadual, observamos um grupo de idosas que se mobilizam e lutam por direitos seus e dos demais idosos. Apresentam comportamento que pode ser considerado ativo na luta pelos direitos dos idosos, uma forma de ser ativo que não

passa necessariamente pelas preocupações constantes com a prevenção da saúde. Este grupo de idosas demonstram críticas à ideia de que a velhice é apenas uma questão ou problema de saúde e lutam por maior respeito, dignidade e reconhecimento perante a sociedade. Fazem isso através das suas atuações no Fórum e Conselho, fiscalizando, avaliando e propondo ações, políticas e programas voltados às pessoas com 60 anos ou mais.

Neste artigo procurei apresentar o perfil de algumas pesquisadas (líderes do grupo e principais informantes dessa pesquisa), bem como os espaços em que atuam e alguns temas que fazem parte do seu conjunto de preocupações e lutas.

Acreditando que a velhice não é uma experiência homogênea - como já demonstraram diversos estudiosos do envelhecimento (DEBERT, 1999; MOTTA, 2002; ALVES; LINS DE BARROS, 2012:), isto é, pode apresentar diversas e diferentes características, necessidades e projetos – seria a militância pelos direitos dos idosos uma forma específica de envelhecer?

Ao estudar o movimento de aposentados no Brasil, Simões (2000) mostrou como a militância na velhice pode ganhar a interpretação de uma tentativa de preencher o tempo, “agitar a vida”, ou até mesmo como uma forma de viver a velhice de maneira mais positiva.

Destro de Oliveira (2015), ao estudar conselhos de idosos em São Paulo, compreende que ser conselheiro pode ser um projeto de vida e velhice, uma forma de se ocupar e ajudar ao próximo. Para a antropóloga, ao mesmo tempo que os conselheiros correspondem a um modelo de envelhecimento ativo e independente, parte de uma elite econômica e intelectual, representam velhice acamada, dependente e de baixa renda em suas atuações. Portanto, ora representam seus próprios interesses enquanto velhos, ora estes conselheiros representam a velhice pobre e necessitada.

Com características similares às observadas pela autora citada, as mulheres pesquisadas neste trabalho são (em sua maioria) parte de um grupo com acesso privilegiado a renda e ao conhecimento a respeito de seus direitos. Suas trajetórias mostram, no entanto, que não nasceram em famílias ricas ou de classe média e por isso desde muito novas estas mulheres tiveram de se inserir no mercado de trabalho e/ou no meio acadêmico, como forma de garantir sua ascensão social. O acesso e a prática de profissões relacionadas ao cuidado do outro ou ao exercício de pensar o coletivo, como Serviço Social e a Psicologia,

por exemplo, vão permitir que ao longo de suas trajetórias estas mulheres se deparem com o tema da velhice e decidam militar pela garantia de seus direitos. Algumas foram militantes durante suas vidas, atuando principalmente em sindicatos; outras descobrem no momento da aposentadoria e através do tema da velhice como atuar na luta pelos direitos dos idosos.

É comum ouvir em suas falas que estão engajadas na luta pela defesa dos direitos dos idosos, pois querem ajudar o próximo, se preocupam com o coletivo. É possível dizer que por vezes esse engajamento se confunde com a ideia de realizar um trabalho filantrópico, característica presente nas atuações ao longo da vida de algumas dessas mulheres. Nestes casos, se torna evidente que o velho que se representa é o “outro”, o mais vulnerável e pobre (DESTRO DE OLIVEIRA, 2015).

Hoje estas mulheres também podem ser consideradas como modelos de “envelhecimento ativo”⁴, já que não correspondem aos estereótipos negativos sobre a velhice, de doença, reclusão, dependência. Porém criticam a ênfase das políticas públicas em um modelo de velhice ativa voltada apenas para o autocuidado da saúde, prevenção de doenças e prática de atividades físicas ou de lazer, característica também observada por outros estudiosos de conselhos de idosos (SIQUEIRA, 2014; DESTRO DE OLIVEIRA, 2015).

Pode-se compreender que a crítica a este modelo de velhice ativa e saudável se desdobra em duas questões: por um lado a crítica também se direciona ao idoso que incorpora esses discursos em seu estilo de vida, e que não se interessa pelo engajamento político, mas apenas por seu autocuidado e lazer; por outro lado, pode-se dizer que pensam essa atividade e protagonismo de maneira menos privada e individual e mais voltada a atuação pública, participando politicamente e militando pelo direito de uma velhice que seja respeitada e reconhecida.

⁴ Considera-se aqui como modelo de “envelhecimento ativo” um conjunto de recomendações que são criadas e divulgadas por profissionais da área da Gerontologia, Saúde e afins, que se desdobram em políticas públicas direcionadas à população idosa, que envolvem geralmente a preocupação com a saúde e o esforço para sua prevenção, prática de exercícios físicos, alimentação considerada saudável, independência e autonomia física e comportamental, manter-se ocupado, se relacionar socialmente, dentre outras. (HADDAD, 1986; DEBERT, 1999).

Referências Bibliográficas

ALVES, Andréa Moraes; LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “Aprender com as velhices”. Comunicações do ISER. **As máscaras da intolerância**, número 66, ano 31, 2012. p. 31-38.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DESTRO DE OLIVEIRA, Glaucia da Silva. **Os velhos como sujeitos de direitos: uma análise da gestão da velhice nos conselhos de idosos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

LATOUR, Bruno. “La tecnología es la sociedade hecha para que dure” (pp. 109-142), in DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (orgs.). **Sociología simétrica: Ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedade**. Gedisa Editorial, Barcelona, 1998.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012.

LENOIR, Remi. “Objeto Sociológico e Problema Social”. In: CHAMPAGNE, Patrick. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 59 -106.

MOTTA, Alda Britto da. “Envelhecimento e Sentimento do Corpo”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Org.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 37-50.

NERI, Anita Liberalesso. “Feminização da velhice”. In: NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 47-64.

PAZ, Serafim. **Dramas, cenas e tramas: a (situ)ação de Fóruns e Conselhos de Idosos no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SIMÕES, Júlio Assis. **Entre o lobby e as ruas: movimentos de aposentados e politização da aposentadoria.** Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis. “A maior categoria do país’: o aposentado como ator político. ” In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). **Velhice ou Terceira idade?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-34.

SIQUEIRA, Monalisa Dias. **“Vivendo bem até mais que 100!”: envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.